

Fechamento é luxo

JOSE SARNEY

Dois fatos objetivos mudaram os rumos da política mundial: a Reforma do Estado, promovido por Margaret Thatcher, na Inglaterra, e a Reforma Fiscal, sob a inspiração de Friedman, executada pelo presidente Reagan nos Estados Unidos. A primeira sepultou o estado patrão, promoveu uma mudança na máquina administrativa e diminuiu o tamanho do Estado com privatizações, desregulamentação e busca de eficiência. A visão do Estado passou a ser antagônica à utopia comunista. A segunda reforma, a de Reagan, diminuiu os impostos, aumentou a base de arrecadação e, com ela, os juros baixaram, os Estados Unidos reverteram o quadro de recessão, anunciaram a Guerra nas Estrelas e provocaram a confrontação de eficiência com o mundo socialista, que desmoronou. Sob estes fatos, construíram-se as teorias da supremacia do liberalismo — o neoliberalismo — do fim da História de Fukuyama e da morte das ideologias. De objetivo, caiu o Muro de Berlim e desintegrou-se a União Soviética.

As privatizações, dentro desse processo, são importantes e sou a favor delas. Mas elas precisam de justificativa. Ora, no caso da Vale do Rio Doce ela não diminui o Estado, porque a diminuição do Estado está vinculada à redução dos seus encargos. A venda da Vale em nada ajudará nesse sentido. A União não paga seus funcionários, a União não investe em seus projetos. A Vale caminha com seus próprios pés, com acionistas privados, dá lucro e tem excelente administração. A Vale é, por outro lado, um braço estratégico do Brasil no seu comércio mundial.

Mas o que a Vale do Rio Doce é mesmo, embora sob a forma de empresa, é uma agência de desenvolvimento, que abriu projetos pioneiros com uma função social importante nas suas áreas de atuação.

Privatizá-la é extinguir um dos mais bem sucedidos modelos de ação do poder público, no campo do desenvolvimento.

A idéia de vender a Vale do Rio Doce não atinge nenhum dos objetivos perseguidos pela privatização, não enxuga o Estado porque não pesa nada ao poder público. Ao contrário, a empresa alivia e dá lucro. E sua venda não gerará recursos ao país para diminuir seu déficit fiscal, porque o valor alcançado não dará ao Tesouro recursos para pagar quinze dias dos altos juros da dívida interna. Desse modo, o Brasil perderá um instrumento importante de sua estratégia de participação no comércio mundial. Privatizada, terá a filosofia dos seus compradores, que é, como tem de ser no setor privado, a do lucro. E o desenvolvimento social e os interesses nacionais nem sempre são promovidos com lucro. Resta ainda a consideração de que o setor de minério em que atua a Vale do Rio Doce é oligopolista e é a eles

que nós vamos entregá-la.

Eficiência, a Vale tem. Competência, a Vale tem. Função social e desenvolvimentista, a Vale tem.

Por que privatizá-la, se ela representa tão pouco na avaliação do Governo e o produto de sua venda pouco adiantará para solucionar o problema de caixa do Tesouro Nacional? Enfim, um país de índices sociais e desníveis regionais tão grandes não se pode dar ao luxo de fechar uma agência de desenvolvimento.

JOSE SARNEY é presidente do Senado.

A VALE DO RIO
DOCE TEM
EFICIÊNCIA,
COMPETÊNCIA E
FUNÇÃO SOCIAL
